

# Projeto

## Conexão Local – ANO I

### Programa de Desenvolvimento Florestal Sustentável na Amazônia Brasileira

Floresta Estadual do Antimary

ACRE

Amanda Cattaneo  
Rafael Lopes de Herédia Afonso

**Tutor:** Otávio Prado

2005

# Projeto Conexão Local

## Índice

1. Introdução .....	2
2. Contexto das Experiências .....	3
2.1. A História do Acre .....	5
2.1.1. Joaquim Galvez e o Estado Independente do Acre .....	6
2.1.2. Revolução Acreana .....	7
2.1.3. O Cenário Atual – Aspectos Sócio-Econômicos .....	7
3. O Projeto Floresta Estadual do Antimary (PFEA) .....	8
4. Análise do Projeto .....	15
5. Considerações Finais .....	17
6. Referências Bibliográficas .....	19
7. Referências Eletrônicas .....	19



## 1. Introdução

A motivação da dupla para participar deste programa de incentivo a pesquisa deu-se em razão do interesse a respeito das atividades e iniciativas desenvolvidas pela política pública brasileira em âmbito local, esfera que se acredita ser mais necessária e eficaz.

Além deste, outro fator motivador foi a proposta de interação com os diversos aspectos de um projeto, desde seu contexto histórico-social até os processos objetivamente desenvolvidos pela organização.

Não menos importante, está a curiosidade dos alunos acerca da idéia de desenvolvimento sustentável, tema tantas vezes tratado mas pouco aprofundado e menos ainda vivenciado.

Neste sentido, pode-se dizer que o Programa Floresta Estadual do Antimary (PFEA) atendeu completamente às expectativas da dupla; trata-se de um conjunto de ações bem-sucedidas graças à inovação (seja na acepção que implica melhoria em uma situação preexistente, ou na que propõe uma revolução do paradigma, pioneirismo) e ousadia em situações de desenvolvimento e promoção da cidadania. Deu margem, portanto, à ampla investigação das práticas públicas de administração e das circunstâncias materiais e sociais nas quais estas se desenvolveram.

À primeira vista, o projeto mostrou-se mais abrangente do que o esperado, sobretudo pela intensa interação entre governo, sociedade e iniciativa privada.

Ao longo da visita foi se confirmando a tendência do tema ser muito mais denso do que o esperado. É notória sua influência no cotidiano, tanto no Estado do Acre, quanto nas comunidades mais específicas. É igualmente visível a importância atribuída ao projeto, o modo como vem sendo desenvolvido, o valor que tem agregado e o grande número de instituições envolvidas em prol do mesmo objetivo.



O estudo realizado no próprio local onde o projeto é desenvolvido permite uma visão muito mais abrangente e esclarecedora sobre seus aspectos. Há uma maior facilidade para o entendimento das informações e compreensão das diferentes visões sobre o assunto a partir do momento em que é permitido vivenciar a experiência estudada. Dessa forma, obtém-se com maior precisão os dados e, por conseguinte, uma menor distorção da realidade, permitindo que o aspecto dinâmico do projeto seja considerado de forma a tornar o estudo o mais verossímil possível.

Em função de seu caráter amplo, as atividades executadas pela Fundação de Tecnologia do Acre (FUNTAC) concernentes à Floresta Estadual do Antimary, revelaram-se igualmente mais diversas do que o esperado, já que no contexto do projeto há demandas das mais variadas ordens. Foram e são atribuições da Fundação desde a articulação das comunidades naturais da área (em cooperativas e associações) até mesmo aspectos técnicos e processuais da extração dos gêneros florestais (como a confecção de editais e a numeração e catalogação das espécies existentes).

Apesar de sempre procurar apreender a situação do Acre e mais especificamente da Floresta do Antimary nos termos mais abrangentes e apropriados, é possível que, em razão da pluralidade de temas e atividades, esta dissertação e seus autores, pela modéstia dos meios, ora falhem em retratar implicações e circunstâncias.

## 2. Contexto das experiências

Para a melhor compreensão do tema tratado, buscou-se previamente levantar algumas informações sobre o lugar onde se realiza o projeto. Aspectos geográficos, históricos, sociais e culturais do Estado do Acre devem ser considerados para um melhor entendimento da esfera em que o projeto está inserido.

A história do Acre é extremamente ligada às suas condições geográficas. Por se tratar de uma região caracterizada, principalmente, por floresta amazônica, o acesso ao Acre sempre foi complicado o que acarretou durante muito tempo em um isolamento, inclusive entre os municípios do próprio Estado.



# Projeto Conexão Local

Esse fator teve grande influência no estabelecimento de sua população, tendo sido densamente ocupado por brasileiros nordestinos que se lançaram à exploração da borracha o século XIX, quando o Acre vivenciava um pequeno surto de desenvolvimento, denominado como “primeiro ciclo da borracha”. Aos poucos, o Acre foi se tornando alvo da cobiça de brasileiros, bolivianos e peruanos, disputa que mais tarde daria início à Revolução Acreana.

A revolução firmaria o caráter sociocultural da população, o que se torna, em algumas circunstâncias, um empecilho para o desenvolvimento de certos aspectos no projeto. O fator cultural dos povos da floresta apresenta grande influência, tanto no modo de vida quanto na maneira como usam e entendem a floresta.

O processo de extração de seringa tornou-se dominante na região, sendo ele intimamente ligado à sua história. O seringal caracterizou-se como a primeira unidade econômico-social da Amazônia, sendo que, há pouco tempo, essa unidade se baseava principalmente no sistema de aviamento de crédito. Nesse sistema, o patrão é o único fornecedor dos produtos de aviamento necessários para a sobrevivência na floresta e cabe a ele a decisão sobre preços no comércio da seringa. Dessa forma, o seringueiro acaba se tornando dependente, principalmente por meio da contração de dívidas, diante seu patrão, iniciando uma espécie de “escravidão branca”.

A Amazônia, aos poucos, foi garantindo sua presença na economia mundial a partir do extrativismo de recursos naturais, o que contribuiu fortemente para a fixação do homem na floresta<sup>1</sup>.

A partir desse contexto há o surgimento de inúmeros projetos de desenvolvimento que buscam a viabilização econômica do Estado, baseados na racionalização da exploração dos recursos naturais. A idéia principal é a implementação do Plano de Manejo de Uso Múltiplo, tendo como exemplo a Floresta Estadual do Antimary (FEA), que se tornou base da política pública para o setor florestal do governo acreano.

---

<sup>1</sup> O Projeto estudado também considera esse aspecto e tem como um de seus objetivos procurar meios que fortaleçam a fixação desses povos da floresta.

## 2.1. A história do Acre

A contextualização histórica, social, política e econômica pertinente à compreensão crítica da conjuntura e implicações contemporâneas do Desenvolvimento Florestal Sustentável na Amazônia Brasileira certamente remonta a tempos tão remotos quanto a fase de demarcação e colonização do Estado, passando pela revolução acreana e, posteriormente, a anexação do território à República Federativa Brasileira.

A história do Acre começa a se definir em 1895 quando uma comissão demarcatória foi encarregada de definir limites entre Brasil e Bolívia, com base no Tratado de Ayacucho de 1867. No processo de demarcação foi constatado, no ponto inicial da linha divisória entre os dois países (nascente do Javari), que a Bolívia ficaria com uma região rica em látex, na época ocupada por brasileiros.

Reconhecida legalmente a fronteira Brasil-Bolívia, em 12 de setembro de 1898 a Bolívia quis tomar posse da região então ocupada por seringueiros brasileiros, na vila de Xapuri. Estes não aceitaram e obrigaram os bolivianos a se retirar da região.

No início de 1899 desembarcou em Puerto Alonso o ministro boliviano, Dom José Paravicini, que com o apoio do governo brasileiro impôs decretos (inclusive o de abertura dos rios amazônicos ao comércio internacional), cobrou altos impostos sobre a borracha, demarcou seringais e oprimiu os nativos da região. O período dessa atuação ficou na história como os “Cem dias de Paravicini”.

A insurreição Acreana ganha seu primeiro ensaio em primeiro de maio de 1899, quando seringalistas se reúnem no seringal Bom Destino, de Joaquim Vitor, liderados pelo jornalista José Carvalho e decidem lutar contra o domínio boliviano. O momento coincidia com a viagem de Paravicini para Belém. O Delegado que o substituíra, Moisés Santivanez havia sido expulso. Começava a Revolução Acreana. Sem armas ou tiros, os revolucionários brasileiros restabeleceram o domínio e criaram a Junta Central Revolucionária.



## 2.1.1. Joaquim Galvez e o Estado Independente do Acre

Em três de junho de 1899 entra no cenário da Revolução do Acre o jornalista espanhol Luis Galvez, que denuncia nos jornais paraenses uma aliança entre Bolívia e Estados Unidos. Os EUA apoiariam militarmente os bolivianos em caso de guerra contra o Brasil.

Enquanto o governo brasileiro continuava reconhecendo os direitos da Bolívia sobre a região, revolucionários decidem pela fundação do Estado Independente do Acre. Em 14 de julho de 1899 – data escolhida por ser aniversário da Queda da Bastilha, durante a Revolução Francesa – eles concretizam a criação do Estado Independente do Acre, com capital na Cidade do Acre, antes chamado Puerto Alonso.

Luis Galvez, não poderia ser diferente, foi aclamado presidente do novo país. Ele buscou o reconhecimento internacional, elaborou legislação, mas também desagradou seringalistas, aviadores e exportadores, sendo então deposto em 28 de dezembro de 1899 pelo seringalista Antônio de Souza Braga. Este não se garantiu no comando e devolveu o posto a Galvez, em 30 de janeiro de 1900. Em 15 de março de 1900 o governo federal enviou força da marinha brasileira para o Acre, destituindo Galvez e fazendo com que o Acre voltasse ao domínio Boliviano.

O governo do Estado do Amazonas também tinha pretensões de anexar o Acre e decidiu financiar a expedição Floriano Peixoto, conhecida por 'Expedição dos Poetas', que levou para a área boêmios e profissionais liberais de Manaus. Em 29 de dezembro de 1900, em Puerto Alonso, os poetas foram derrotados.

Em onze de julho de 1901 a Bolívia assina contrato de arrendamento do Acre com capitalistas norte-americanos e ingleses, que chegaram com o intuito de instalar o Bolivian Syndicate, uma ameaça, diante da opinião pública, à soberania nacional. O governo federal finalmente percebe os riscos e possíveis perdas e interfere, salvando a Amazônia do domínio imperialista.





## 2.1.2. Revolução Acreana

Com novo apoio do governo do Amazonas seringueiros e seringalistas revolucionários partiram mais uma vez para a luta em seis de agosto de 1902, em Xapuri. A luta armada se estendeu até 24 de janeiro de 1903, data de retomada do poder aos brasileiros e reinstalação do Estado Independente do Acre.

Com a substituição, na República brasileira, de Campos Sales (1898/1902) por Rodrigues Alves (1902/1906) muda a postura do governo federal perante o assunto. A partir das negociações do Ministro das Relações Exteriores, Rio Branco, foi estabelecido o Tratado de Petrópolis, em 17 de novembro de 1903, que anexava o Acre ao Brasil. Em oito de setembro de 1909, mediante o Tratado do Rio de Janeiro, foi resolvida também a questão de fronteiras como Peru.

## 2.1.3. O Cenário Atual - Aspectos Sócio-Econômicos

O município de Bujari, onde se localiza a Floresta Estadual do Antimary, dista apenas 22,3 km da capital Rio Branco. Encontra-se, como boa parte da região Amazônica, a apenas 50m acima do nível do mar, sendo caracterizada pela sedimentação de seu solo.

Seguindo tendência contrária em relação aos outros municípios da federação, Bujari sofreu um processo de êxodo urbano ao longo da década que abrangeu 1991 e 2001, sua população, estimada em 2004, de 7.654 habitantes baixou em 65,32% a taxa de urbanização, resultando em aproximadamente 72% de população rural, sendo a renda nominal média de toda a população de R\$ 434,64.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) de Bujari encontra-se abaixo da média nacional em todos os critérios considerados (longevidade, educação, renda); enquanto a média geral nacional no ano de 2001 é de 0,777, a cidade contava apenas com 0,574, o que lhe garante a 3952ª posição nacional e a 13ª estadual.





Segundo levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, as atividades econômicas desenvolvidas na região do município são essencialmente extrativistas, figurando entre elas a coleta de castanha-do-brasil (ora conhecida como castanha-do-pará), carvão vegetal, lenha, látex e também agropecuária. O extrativismo de recursos naturais, aos poucos, garantiu ao Acre um espaço na economia, o que contribuiu fortemente para a fixação do homem na floresta.

### 3. O Projeto Floresta Estadual do Antimary (PFEA)

Entre os inúmeros projetos de desenvolvimento, que buscam a viabilização econômica do Estado, a partir da racionalização da exploração dos recursos naturais, surgem a partir do contexto já apresentado. A Floresta Estadual do Antimary, cuja idéia principal é a implementação do Plano de Manejo de Uso Múltiplo, é um exemplo dessas ações sustentáveis. A visão de manejo de uso múltiplo tornou-se base da política pública para o setor florestal do governo acreano.

O plano de manejo tem como objetivo principal a geração de informações e subsídios para a definição de políticas públicas no setor florestal. Para tal seria necessário: a agregação de valor a produtos florestais não-madeireiros, a manutenção da cobertura florestal com base no estímulo à atividades de utilização sustentada, a possibilidade de repassar aos habitantes locais as tecnologias adequadas e do fomento à participação e organização da comunidade.

A principal estratégia do projeto é a sua combinação, aproximando os interesses do Governo Estadual e do Federal nos aspectos sociais, econômicos, técnicos e ambientais. Para tal, há um aumento da produção sustentada de recursos naturais integrado ao uso da terra e aos objetivos sociais, econômicos e ecológicos. O projeto busca também atender a necessidade de estímulo à diversificação da economia local, por meio da propagação do conceito de uso múltiplo, racional da floresta, conservando a mesma.

O projeto é abordado em duas etapas: a primeira consiste em produtos não-madeireiros, e a segunda na implementação do manejo madeireiro. O projeto Antimary obteve uma importante representação no desenvolvimento dessas técnicas já antes abordadas.



# Projeto Conexão Local

A Floresta Estadual do Antimary (FEA) foi criada em 1988, em uma área remanescente de antigos seringais, para a realização do Projeto de Desenvolvimento Integrado da Amazônia Ocidental, baseado em recursos florestais. Vale ressaltar que a criação desta floresta contou com a FUNTAC (Fundação de Tecnologia do Acre - principal órgão visitado para o entendimento da FEA pelo Projeto Conexão Local), como principal executor, e com o apoio financeiro da OIMT (Organização Internacional de Madeiras Tropicais).

Atualmente, o projeto recebe apoio de diversas instituições e tem como parceiros: International Tropical Timber Organization (ITTO), IBAMA/PROMANEJO, EMBRAPA, ABC/MRE (Agência Brasileira de Cooperação ligada ao Ministério das Relações Exteriores), UFAC (Universidade Federal do Acre), MCT/CNPq, SEBRAE/SENAI, WWF Brasil, a Cooperativa Extrativista do Antimary e a Associação dos Seringueiros da Floresta Estadual do Antimary, dentre outros.

O projeto da FEA apresenta três momentos importantes: o primeiro caracteriza-se por uma fase de estudos, seguido pela fase de organização comunitária e, por fim, a fase de melhoria no processo produtivo dos produtos madeireiros e não-madeireiros. A Floresta do Antimary foi escolhida como base para a definição de um modelo para as futuras concessões e para estudo de políticas públicas de gestão compartilhada.

O projeto busca também o deslocamento do eixo de produção florestal no Estado, com base na idéia de uso das múltiplas possibilidades de riqueza da floresta. A FEA destina-se como uma área demonstrativa técnico-científica para treinamentos em Manejo Florestal de Uso Múltiplo.

O Antimary, como é popularmente chamada a área, abrange mais de 66 mil hectares de floresta amazônica nativa e, em um de seus lados, faz fronteira com o Estado do Amazonas. As espécies vegetais de alguma utilização comercial ou local foram classificadas e inventariadas, chegando-se ao número de 62 famílias botânicas passíveis de algum uso. É uma região considerada de alta biodiversidade, tendo grande potencial para o processo produtivo extrativista, além do setor madeireiro.



# Projeto Conexão Local

Os habitantes da Floresta Estadual do Antimary não possuem experiência anterior com exploração madeireira. Além desse fato, as atividades extrativistas ocupam boa parte de seu tempo disponível. Verificou-se, então, a necessidade de um método alternativo capaz de viabilizar a incorporação de práticas de manejo florestal sustentado com vistas à produção de madeira por estas pessoas.

O Plano de Manejo da Floresta do Antimary tem a finalidade principal de desenvolver um modelo de utilização da floresta tropical que possa ser gerenciado pela própria população local. A região conta, atualmente, com cerca de 109 famílias moradoras da floresta (aproximadamente 383 habitantes), 54 colocações<sup>2</sup>, duas associações e uma cooperativa.

É importante, neste ponto, esclarecer o papel da associação e da cooperativa. A Associação dos Seringueiros da Floresta Estadual do Antimary (ASFEA) é a instituição responsável pela gestão das receitas provenientes de algumas atividades (como a comercialização de sementes, da seringa, da madeira) realizadas pela comunidade, ela distribui de forma justa os recursos entre os associados. A Cooperativa Extrativista do Antimary, por sua vez, é de extrema importância por simbolizar a maior organização social das famílias do Antimary, o que possibilitou a ruptura com o modelo de aviamento. A cooperativa também foi responsável pela abertura de um pequeno depósito de produtos básicos, sendo que o lucro obtido com a venda de aviamentos é dividido entre os cooperados. Essa iniciativa é de grande importância para garantir a participação dos moradores nos processos que dizem respeito ao manejo da FEA.

Na visão de um dos entrevistados da SEF, o gerente de Manejo Florestal e Gestão de Áreas Protegidas, Marcelo Argüelles de Souza, o modelo de concessão de terras adotado pelo projeto visa garantir certos direitos aos pequenos proprietários, interiorizar o desenvolvimento, criar mais segurança para os investimentos privados, fortalecer a capacidade de investimento público, incentivar parcerias público-privadas, combater a grilagem e também impedir o processo de especulação.

---

<sup>2</sup> Termo utilizado para designar a unidade de terra, determinada pela distribuição dos lotes, dos seringueiros.

# Projeto Conexão Local

Para o Secretário da Floresta, Carlos Ovídio Duarte Rocha, a principal missão do projeto é tentar conciliar a produção florestal com a inclusão social e preservação, utilizando os recursos da floresta sem destruí-la. Em sua entrevista, Carlos aponta a política pública como um fator importante para o projeto, bem como o desenvolvimento industrial, o manejo de unidade de conservação e o manejo comunitário. Um ponto destacado pelo entrevistado é o desejo de automatização de um banco de dados para um tipo de sistema financeiro que controle os dados do projeto. Essa automatização significaria um grande passo para o projeto.

As principais bases estratégicas que envolvem a FEA e o manejo se caracterizam pelo envolvimento da comunidade local, a negociação comunitária, a pré-qualificação das empresas candidatas, a formação de um consórcio industrial, as cláusulas contratuais de garantia dos padrões ambientais e sociais, a supervisão direta do Estado, a articulação com outros órgãos, a criação do Conselho Consultivo da FEA e a ampliação e regularização fundiária.

Para desenvolver o conceito principal do projeto, que consiste em promover um modelo de desenvolvimento sócio-ambiental baseado na economia florestal sustentada (como anteriormente mencionado), busca-se inverter a lógica dos instrumentos (econômicos, de regulação, ordenamento territorial e fomento) de políticas públicas, integrando-os para que haja uma valorização da floresta e repartição de seus benefícios entre a sociedade.

O Plano de Manejo Sustentável da Floresta também é tratado de maneira mais ampla do que o descrito neste projeto uma vez que pode ser feito a partir de criações de florestas públicas, privadas ou comunitárias. Este é mais um fator que evidencia a importância do trabalho em campo, que proporciona condições de uma maior aproximação com os diferentes tipos de abordagem do manejo sustentável.

O Programa de Manejo Florestal em Florestas Públicas é incentivado a partir de investimentos do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), programas de certificação, concessões florestais, parcerias público-privadas e licenciamento preferencial.



E outro fator relevante é a convergência entre os objetivos do projeto e do governo. Em uma entrevista com o atual Governador, Jorge Viana, ele afirmou que o governo do Acre, denominado 'governo da floresta', busca fazer do Antimary, política pública e política privada. Ele considera, também, que a FEA é hoje uma das áreas da Amazônia que é mais estudada.

Jorge Viana também faz menção a respeito da relação do projeto com o conceito de "florestania" e a idéia de governo do Acre como governo da floresta. Ele compara o Acre a uma empresa, sendo a floresta o seu produto principal. Florestania seria uma ideologia formada por essa visão somada a idéia de economia sustentável e melhoria nas condições de vida.

Um fator de grande importância para o desenvolvimento desses projetos consiste no Acre possuir uma base institucional voltada para o desenvolvimento florestal. Dessa forma, há a presença de uma secretaria de fomento à atividade florestal (SEF) trabalhando sob as mesmas diretrizes que os órgãos ambientais - estadual e federal, o repasse de processos estratégicos de licenciamento ambiental para o Estado, a existência de uma Agência de Negócios focada no setor florestal (ANAC - Agência de Negócios do Acre), ONGs, a presença do aval da sociedade civil e movimentos sociais que constituem essa base institucional.

A FEA conta com diversos instrumentos econômicos como o Fundo de Desenvolvimento Florestal, os incentivos fiscais, uma pauta florestal, facilidade de crédito, o passivo ambiental, o Projeto BID, sobre-taxas (desmatamento) e barreiras tributárias. Já como instrumento regulador é apoiada pela regulamentação da Lei Florestal do Estado, pelo Conselho Estadual de Floresta, pelo Fundo de Desenvolvimento Florestal, pelo Sistema de Áreas Naturais Protegidas, pelas Leis de Concessões Florestais, pelas Leis de incentivo à atividade industrial, pela normativa do desmatamento, pela normativa da indústria e pelo Sistema Estadual de Áreas Protegidas.

Apesar do PFEA trabalhar somente com um modelo empresarial e competitivo de exploração sustentável de madeiras, há também a intenção de se promover o manejo comunitário, uma vez que este já se mostra efetivo em outros projetos. O trabalho de campo também permitiu que projetos de manejo comunitário fossem explorados para uma maior abrangência do tema.



# Projeto Conexão Local

O ciclo do trabalho de exploração madeireira no PFEA inicia-se com uma licitação que cede, a um consórcio de empresas, o direito de explorar uma determinada área. Essa licitação é uma fonte de receita para o projeto, sendo internalizada para as comunidades por meio da associação.

Vale ressaltar que para ser concedida uma licitação há uma série de exigências relativas ao processo produtivo, tais como: a maior preservação da biodiversidade e da área de cobertura vegetal, as regiões de igarapés não podem ser exploradas, respeitar a utilização da floresta pelos locais e não abatimento de árvores usadas para a sobrevivência pelos mesmos.

Para controle da utilização das áreas a serem exploradas (talhão) é feito um mapeamento via GPS das mesmas que possa informar sobre suas características geofísicas. Essas áreas são divididas em unidades de trabalho (UT), suas árvores são identificadas e catalogadas, uma a uma, para que se possa classificá-las e verificar se é possível ou interessante abatê-la. Um mapa de exploração detalhado é emitido, contendo a localização e especificação de cada árvore que será abatida. Dessa forma, a exploração é planejada e restrita, possibilitando um maior controle e aproveitamento da floresta.

O processo de abate de uma árvore também é diferenciado. Busca-se, com auxílio do Projeto Promanejo, realizar a capacitação técnica dos motosserristas para o manejo de impacto reduzido. Esse projeto visa garantir o menor impacto possível na floresta e também reduzir a incidência de acidentes fatais no processo. Foi possível, em campo, acompanhar essa iniciativa do Promanejo, presenciando a derruba planejada de uma árvore na Floresta de Santa Quitéria (Brasiléia). Por conta do planejamento que envolve o processo de exploração madeireira é visível a redução de estragos na mata.

O projeto preocupa-se em fazer também o monitoramento ambiental, comparando, a cada três anos, as áreas não-manejadas (parcelas permanentes) com as outras onde a intervenção deu-se por meio do manejo. A partir desse grupo de controle também são realizados estudos sobre o impacto ambiental em relação à biodiversidade e cobertura vegetal. O monitoramento constitui, dessa forma, uma estratégia de refinamento das técnicas de manejo.





# Projeto Conexão Local

O PFEA abrange também uma iniciativa que busca, essencialmente, reduzir a exploração ilegal de madeira, além de aproveitar detritos de madeiras não aproveitados. Essa iniciativa consiste no Projeto de Moradia Popular em Madeira, no qual famílias com baixas condições de vida são beneficiadas com o recebimento de uma nova unidade habitacional pré-fabricada, ou seja, que possui um modelo prévio possibilitando a redução no tempo de construção. Para determinar os beneficiários desse projeto, são feitos estudos e pesquisas, tanto nas cidades quanto na floresta, a respeito da população.

Há de se destacar que o projeto buscou também ampliar o número de espécies exploradas, sendo que estas eram somente três e atualmente estão em torno de 40. Essa ampliação só foi possível por intermédio de um acordo entre o Estado e as empresas envolvidas, no qual o primeiro estaria comprometido a comprar as espécies que não fossem interessantes às empresas.

De acordo com João César Dotto, diretor-presidente da Funtac, o resultado desse acordo foi surpreendente, cerca de 92,5% das espécies exploradas foram aproveitadas pelas empresas, ou seja, cerca de 37 espécies em quarenta mostraram-se viáveis para utilização. Algumas das poucas espécies que o Estado adquiriu, foram também utilizadas para o Projeto de Moradia Popular.

Vale ressaltar o caráter científico do plano de manejo, uma vez que visa o desenvolvimento de novos sistemas de manejo, como indicado acima. O objetivo maior assume flexibilidade para o desenvolvimento de estudos e pesquisas subsequentes que se fizerem necessárias durante a execução e aplicação do plano de manejo.

Foi dentro deste contexto que o trabalho de campo foi realizado, privilegiando a observação de dados que abordassem os temas gestão compartilhada, promoção de cidadania, valorização e fortalecimento do capital social comunitário e promoção do desenvolvimento socioeconômico local e ambiental.





## 4. Análise do Projeto

Após a apresentação dos objetivos e práticas do projeto estudado cabe aqui fazer uma análise no âmbito da promoção de cidadania; valorização e fortalecimento do capital social comunitário; gestão compartilhada e de proximidade; e da promoção do desenvolvimento socioeconômico local e ambiental.

Em se tratando dos campos temáticos apresentados acima o projeto conta com diversos aspectos, como o conceito de florestania, já antes apresentado. O Governo da Floresta busca, por meio desse conceito, resgatar a cultura e conhecimento do povo acreano para ligá-los diretamente ao desenvolvimento da sociedade sustentável desejada.

É importante destacar que, mesmo com a implantação do projeto, a área em que foi criada a FEA não perdeu suas características principais. A antiga base da economia local permaneceu sendo o extrativismo da borracha, associado ao extrativismo de castanha e a principal unidade de produção continuou a ser a colocação<sup>3</sup>.

A comunidade, que antes já habitava na floresta e tirava dela sua subsistência, também permaneceu. Isso porque a Floresta do Antimary é toda habitada, razão pela qual um modelo de concessão de terras é testado. Mesmo não sendo proprietárias legais das terras em que vivem, as famílias não são expulsas de suas moradias, evitando um processo de migração para as cidades.

Não se pode negar que, para muitas das famílias, o modo de vida nessa floresta não foi mais o mesmo. Há, nesse ponto, uma grande divergência de opiniões. De um lado aqueles que acreditam que a criação do projeto acrescentou melhoras nas suas condições de vida, sendo esse de grande importância para eles; e do outro os que pensam que o projeto não acrescenta nada em suas vidas. Existem também as opiniões mais radicalistas, estas acreditam que a criação da floresta só trouxe danos aos seus habitantes e à natureza.

<sup>3</sup> Termo utilizado para designar o modo como é distribuídos os lotes de terra entre os seringueiros.

# Projeto Conexão Local

É importante lembrar que a estrutura social dos povos que habitam essa floresta contava com heranças do tradicional sistema de aviamento. Dessa forma, o antigo patrão (denominado seringalista) continuou como morador daquela região e, na maioria dos casos, caracterizou-se como o maior opositor à criação do projeto.

A população da Floresta Estadual do Antimary está sendo envolvida gradativamente neste conceito de manejo florestal segundo níveis estabelecidos, de acordo com um gradiente de menor para maior complexidade com relação às técnicas de extração.

O retorno das atividades do plano de manejo é voltado para a comunidade. A organização desta teve que ser bem consolidada, para permitir um entendimento das fases mais complexas do manejo florestal.

É reconhecida a importância do envolvimento das populações para a garantia da manutenção das florestas. Assim, é imprescindível analisar e desenvolver formas possíveis de efetivar o envolvimento das pessoas no manejo das florestas tropicais.

A possibilidade do surgimento de empregos em empresas que explorem estas florestas, por exemplo, são formas paralelas de envolvimento. De acordo com os trabalhos realizados pela FUNTAC, a forma ideal é o gerenciamento direto da floresta pela população que nela habita.

De outra forma o habitante da floresta continuará mero coadjuvante da região e não como agente responsável por si e pelo que pode significar a sustentabilidade da floresta. A ideia não é, portanto, apenas alternativas para garantir a subsistência dessas comunidades, mas integrá-las, fazendo-as co-produtoras do seu desenvolvimento e não apenas beneficiárias de um sistema maior e incompreensível.



## 5. Considerações finais

A experiência estudada pôde mostrar a importância de tais iniciativas, que visam o desenvolvimento de populações mais carentes, para a construção de uma sociedade mais justa e desenvolvida. É importante esclarecer que essa carência se dá no âmbito de recursos econômicos e acesso à informação. O isolamento dessa população, que em sua maioria nem à energia tem acesso, dificulta o acesso a informações e pela baixa qualidade da educação, as aulas muitas vezes não suprem essa defasagem. No entanto, ficou claro para nós o quanto rico é o conhecimento popular local. A experiência de vida e a troca dos conhecimentos entre eles se mostraram, para nós, tão importantes quanto os conhecimentos acadêmicos que são mais valorizados em nossos dias.

A cultura e identidade dos povos da floresta são de extrema importância para a garantia de sucesso de um projeto como o do Antimary. Daí a idéia bem sucedida de fazer com que essas comunidades estejam integradas ao desenvolvimento sustentável da floresta, não somente como beneficiárias mas como principais participantes do seu próprio desenvolvimento.

Essa é a idéia que deve ser desenvolvida e replicada para que comunidades desfavorecidas possam, a partir de um incentivo, se desenvolver diante da troca de conhecimentos e de interesses.

Dessa forma, a criação de Escolas nas comunidades poderá ser sustentada pela própria comunidade. Tomando a Escola do Antimary como exemplo, pode-se dizer que uma das maiores dificuldades encontradas para a sobrevivência desse tipo de iniciativa é justamente encontrar professores dispostos a enfrentar todas as dificuldades de tal iniciativa. Porém, a partir do momento que um membro da comunidade se encontra envolvido, como co-responsável pelo desenvolvimento de tais ações, torna-se mais fácil a continuação de tais iniciativas e até mesmo a sua replicação.



# Projeto Conexão Local

Por fim, na experiência estudada, notou-se a grande importância da interligação entre governo e comunidade, fator imprescindível para o sucesso inicial do projeto que hoje é um modelo no âmbito do desenvolvimento de práticas sustentáveis florestais. É a partir de experiências como a do Antimary que se vê, apesar das grandes dificuldades, a possibilidade do desenvolvimento de comunidades desfavorecidas, não com atos filantrópicos, mas com iniciativas e ações que busquem criar melhores condições, trazendo benefícios tanto para tais comunidades como também para o país num âmbito geral.





## 6. Referências Bibliográficas

ITTO, Manejo Florestal Sustentável na Amazônia Brasileira. Relatório do Projeto PD 94/90.

## 7. Referências Eletrônicas

<http://www.imaflora.org>

[http://www.ac.gov.br/m\\_amb/antimary.htm](http://www.ac.gov.br/m_amb/antimary.htm)

<http://www.ac.gov.br/contratobid/coexecutores/sef.htm>

<http://www.ac.gov.br/contratobid/coexecutores/sefantimary.htm>

Permitida a reprodução desde que citada a fonte

